



INTERNACIONAL

Ano I Nº 267
30 de Janeiro de 2008

Índice

OMC : Movimento Sindical em Alerta	01
Declaração Sindical Latinoamericana	02
Multinacionais são contra mais direitos para chineses	03
Nova prosperidade da Índia não beneficia trabalhadores	04

OMC : Movimento Sindical em Alerta

O movimento sindical internacional encontra-se em alerta diante das propostas recentes nas negociações sobre as tarifas para produtos não industriais (NAMA, na sigla em inglês) na Rodada de Doha da OMC. Os sindicatos dos países do Grupo NAMA-11 (inclusive a CUT) emitiram uma declaração às vésperas da primeira reunião informal do ano do Grupo de Negociação do NAMA, em 21 de janeiro passado. Os sindicatos do grupo NAMA-11 são as principais entidades dos países que formam esse grupo, a saber Brasil, Argentina, África do Sul, Índia, Filipinas e Indonésia.

E dezenas de entidades sindicais latino-americanas também deram à publico uma declaração apoiando a posição desses sindicatos (veja mais abaixo). As entidades são da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Republica Dominicana e Venezuela, além das representações regionais das Federações Sindicais (Global Unions).

A preocupação dos sindicatos aumentou com duas comunicações dos países ricos - uma conjunta do Canadá, União Européia, Islândia, Japão, Noruega, Suécia e os Estados Unidos (TN/MA/W/95) e outra da União Européia e Estados Unidos (TN/MA/W/96), as duas com o objetivo de pressionar os países pobres para que façam concessões nas negociações do NAMA.

Os sindicatos, nas duas declarações que vieram à publico em 17 de janeiro, querem que os países em desenvolvimento tenham a possibilidade de aplicar uma redução nas suas tarifas de importação que seja condizente com o seu estágio de desenvolvimento. Ou seja os países em desenvolvimento mais adiantados teriam uma redução maior nas tarifas enquanto para os países mais pobres essa redução seria menor. Nos dois casos essas reduções seriam menores que as reduções que os países ricos deveriam aplicar em suas tarifas.

Eles querem também que os países em desenvolvimento disponham de mais flexibilidades. Que tenham a possibilidade tanto para isentar uma parte das linhas de tarifas de cortes e também cortes de tarifas menores para determinadas linhas, à sua escolha. Os sindicatos querem que os países possam também modificar essas tarifas posteriormente em função de mudanças nas sua estrutura produtiva.

Essa discussão parece bastante árdua, mas a questão se resume em abrir ou não os seus mercados para os produtos indústrias dos países ricos, ou seja manter as atuais proteções para as indústrias nacionais ou entrega-las em troca dos produtos externos.

Essa discussão é particularmente importante para nós metalúrgicos brasileiros, principalmente porque a valorização do real já representa uma forte pressão sobre a nossa indústria. Nesta semana o IEDI (Instituto para o Desenvolvimento Industrial) chamou a atenção, em estudo, para o déficit comercial dos bens industriais 2007. O superávit de US\$ 5,9 bilhões em 2006 caiu para um déficit de US\$ 7,8 bilhões em 2007. É muito preocupante essa inversão do balanço dos bens industriais - de um saldo fortemente positivo para um negativo em um ano.

Estejamos atentos às negociações na OMC !

Declaração Sindical Latinoamericana

Declaração sobre as Negociações de NAMA na OMC

As organizações sindicais abaixo assinadas vêm seguindo o processo de negociações na OMC, particularmente quanto ao Acesso aos Mercados para os Produtos Não-agrícolas (AMNA/NAMA). Nas declarações anteriores aos nossos governos e aos negociadores comerciais em Genebra, temos acompanhado os sindicatos do Grupo de Países NAMA11 nas demandas quanto às flexibilidades do parágrafo 8, que deveriam ser incrementadas para os países em desenvolvimento além dos 5% e dos 10% como está atualmente colocado nos colchetes no texto das modalidades. Essa exigência fundamenta-se na necessidade de proteger o emprego atual e futuro nos setores intensivos em mão de obra bem como o desenvolvimento industrial nos nossos países, o que tais porcentagens não asseguram.

Vemos com preocupação que a pressão exercida pelos países do Norte sobre os países em desenvolvimento continua caracterizando a dinâmica das atuais negociações. Isso se reflete nas recentes comunicações formuladas pelo Canadá, Comunidade Européia, Islândia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suíça, e Estados Unidos (TN/MA/W/95) referentes às modalidades revistas do texto, bem como na mais recente comunicação apresentada pela União Européia e Estados Unidos (TN/MA/W/96), a qual inclui propostas para restringir o nível de flexibilidades que os países em desenvolvimento poderiam dispor.

Rechaçamos energicamente o conteúdo de tais comunicações dos países do Norte, os quais não fazem senão desconhecer a grave crise de emprego que prevalece nos nossos países e que atingem principalmente as mulheres e os jovens e as jovens, manifesta nos crescentes níveis de desemprego, precarização e informalidade. Esse processo, causado principalmente pelas políticas desenhadas no quadro do Consenso de Washington, poderia se agravar com os acordos de abertura industrial obtidos no NAMA, aos quais se somariam, indiscutivelmente, o impacto social e trabalhista dos Tratados de Livre Comércio já assinados com os Estados Unidos, e os que, no mesmo formato, venham a ser assinados com os países da União Européia e Ásia – Pacífico.

Pelo anteriormente exposto, concordamos com o enfoque das organizações irmãs dos países do NAMA11, por considerar que o seu diagnóstico e suas propostas também correspondem com as realidades dos nossos países e demandamos aos nossos governos e negociadores comerciais na OMC:

- Garantir aos países em desenvolvimento que possam aplicar uma redução tarifária condizente com a sua etapa de desenvolvimento, de acordo com o princípio de reciprocidade menos que plena, e que deve ser substancialmente mais baixa que os cortes empreendidos pelos países desenvolvidos e as propostas de cortes de tarifas atualmente em discussão;

- Garantir que as flexibilidades do "parágrafo 8" para os países em desenvolvimento, como está atualmente colocado no texto de julho de 2004, se ampliem substancialmente. As flexibilidades devem, para que isso aconteça, permitir a isenção de uma porcentagem das linhas de tarifas de cortes, e também menos cortes de tarifa para um número de linhas tarifárias. Os países em desenvolvimento não devem ter que eleger entre essas duas opções.

- Esses números devem ser aumentados para uma porcentagem consideravelmente mais alta que os níveis atuais (de 5% e 10%) e os critérios quanto ao valor das exportações devem ser reduzidos. Isso ajudará os países em desenvolvimento no manejo da adaptação dos setores sensíveis e na prevenção da crise social causada pelas perdas de trabalho e o fechamento de empresas resultantes da liberação adicional;

- Tais flexibilidades devem permitir também que façam mudanças posteriores na seleção de linhas, para responder às necessidades futuras de desenvolvimento industrial.

Reafirmamos, para finalizar, que nenhuma proposta deve ser apresentada com a intenção de romper as agrupações dos países em desenvolvimento como a do NAMA ou as agrupações nacionais de integração.

17 de janeiro de 2008 - Assinam: Victor Báez Mosqueira, secretário geral da ORIT, Jorge Campos de Miranda, representante regional da FITIM, João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT e mais 21 dirigentes de organizações sindicais regionais e nacionais.

Multinacionais são contra mais direitos para chineses

As multinacionais dos Estados Unidos se opõem a novos direitos para os trabalhadores chineses

As transnacionais baseadas nos Estados Unidos se opõem a uma legislação que outorgaria novos direitos trabalhistas para os trabalhadores chineses.

Transnacionais como Wal-Mart, Google, UPS, Microsoft, Nike, AT&T e Intel, representadas por suas organizações empresariais como a Câmara de Comércio de Xangai e o Conselho Empresarial EUA - China estão fazendo pressão contra a nova legislação. Elas ameaçam se retirar da China se a nova legislação for aprovada.



O rascunho da Lei de Contratação do Trabalho traz padrões trabalhistas que são comuns em outros países, tais como contratos de trabalho, indenizações por dispensa e negociação quanto às políticas e procedimentos no local de trabalho. O governo chinês apóia em parte essas reformas como resposta aos crescentes descontentamentos entre os trabalhadores.

A oposição das multinacionais à lei tem o objetivo de manter a situação atual nas relações de trabalho chinesas, que inclui salários baixos, pobreza extrema, negação de padrões mínimos e direitos humanos básicos, falta de sanidade e condições de segurança, ausência de qualquer tipo de contratação legal para muitos empregados.

Os baixos salários e as precárias condições de trabalho na China estão levando a uma escalada na competição global que nivela todo mundo por baixo (“uma corrida para o abismo”). Diante disso, a oposição das transnacionais a níveis mínimos para os trabalhadores chineses deveria ser uma preocupação dos trabalhadores e de seus representantes políticos e sindicais em todos os países.

Existe um grande debate na China em torno da proposta da Lei sobre a Contratação Trabalhista que garantirá esses novos direitos. O debate não se difundiu muito fora da China e foi quase que completamente ignorado nos Estados Unidos. Apesar disso, durante o prazo de 30 dias que o governo chinês concedeu para que se enviassem comentários ao projeto, eles chegaram a 200 mil. A maioria dos comentários veio de trabalhadores comuns, mas alguns, claramente contra a lei, foram enviados pelas grandes multinacionais dos Estados Unidos e Europa e seus grupos de pressão.

Essa campanha contradiz os argumentos das políticas públicas orientadas a estimular ao investimento na China. As multinacionais estadunidenses argumentaram repetidamente que são elas que elevam os níveis dos direitos humanos e trabalhistas no estrangeiro. Por exemplo, a Câmara de Comercio dos Estados Unidos em Hong Kong garante entre os seus “princípios” que “as empresas dos Estados Unidos jogam um papel importante como catalisadoras de uma mudança social real ao promover o bem estar humano e garantem respeitar a dignidade do trabalhador e estabelecer exemplo positivos em termos de remuneração, o tratamento, a saúde e a segurança”. Mas na realidade o que estão fazendo é bloquear a legislação que tem precisamente como fim melhoras esses e outros padrões.

Muitos americanos temem que os salários e padrões trabalhistas chineses estejam pressionando para baixo os salários no país, que estão estancados. Melhorar as condições de trabalho na China pode ajudar também os trabalhadores no restante do mundo a resistir a uma nivelção por baixo que ameaça a todos.

A legislação que está sendo proposta não vai resolver os problemas dos trabalhadores na China. Não vai trazer o direito à sindicalização livre com dirigentes que eles elegem e também não vai trazer o direito de greve para os trabalhadores chineses. Mas a oposição das multinacionais a essa nova legislação não se baseia na natureza limitada das proteções que ela traz mas porque, aos seus olhos, são muitas essas proteções. A lei, sem dúvida, poderá estimular a organização dos trabalhadores pelo cumprimento dos direitos que ela garante.

Está em curso o debate sobre a nova legislação chinesa. Os trabalhadores de todo mundo deveriam se perguntar se isso poderá melhorar a sua situação ? Com certeza descobrirão que a aprovação da nova legislação beneficiará a todos os trabalhadores. *(Por Global Labor Strategies) (Publicado em Rebanadas de la Realidad/Solidaridad.Net) (traduzido para Brasil Metal Internacional)*

Nova prosperidade da Índia não beneficia trabalhadores

Quase 95% da força de trabalho indiana permanece na informalidade. "Queremos dar aposentadoria e benefícios de saúde a esses trabalhadores, mas isso está longe de acontecer", diz representante do governo.

Raymond Thibodeaux

em Nova Déli

Mesmo em meio ao tráfego caótico de Nova Déli, com buzinas tocando e caminhões e ônibus em disparada, o local de trabalho de Omprekash Takur permanece um refúgio de calma e tranqüilidade. O que é bom, pois a especialidade de Takur são os cortes de barba.

Takur passou quase dez anos nesta barbearia, ou o que faz às vezes de barbearia: um pequeno pedaço de calçada com uma cadeira enferrujada, uma mesa de plástico para seu equipamento de barbeiro, dois pares de tesouras, um pente e um espelho quadrado pendurado no tronco de um tamarindeiro, com as folhas escurecidas pela fuligem e a poeira levantada pelo tráfego.

"Meu pai me ensinou a fazer isso quando eu tinha 7 anos e desde então o faço. Meus professores me batiam por faltar às aulas, mas eu gostava de ganhar dinheiro cortando cabelo", disse Takur, 27 anos, magro e moreno, colocando uma nova lâmina no aparelho.

As ruas das cidades indianas estão cheias de pessoas como Takur - barbeiros, limpadores de ouvidos, sapateiros e alfaiates, um pelotão de assistentes pessoais para as massas urbanas do país, em plena rua.

Mas para muitos deles a ascensão econômica da Índia reduziu sua base de clientes, pois cada vez mais indianos são capazes de pagar versões mais caras de seus serviços nos novos shopping centers.

A enorme riqueza que está sendo gerada pela florescente economia da Índia demorou para chegar ao nível da rua, onde a maior parte dos 400 milhões de trabalhadores do país desempenha seus ofícios.

Geralmente, os empresários das ruas têm pouca educação e capacitação, e trabalham em uma economia informal e sombria que fica aquém da maioria das proteções do governo. Conforme a Índia cresce, a distância entre ricos e pobres parece aumentar.

Com um índice de inflação de 6%, a nova Índia parece estar prejudicando os pobres, que são mais duramente atingidos pelos aumentos no preço das necessidades básicas, como comida e aluguel. Isto aumentou os temores de inquietação social neste país de 1,1 bilhão de pessoas, enquanto uma crescente e cada vez mais inquieta subclasse é deixada à própria sorte na boa maré econômica do país.

"São nossos eletricitistas, nossos encanadores, nossas empregadas domésticas e motoristas. São a espinha dorsal de nosso sucesso econômico, mas vivem em favelas", disse Ranjana Kumari, diretor do Centro de Pesquisa Social em Nova Déli, uma agência não-governamental focada na mão-de-obra da Índia.

"Existe um grave defeito nas políticas do governo que regem nossa economia. Precisa haver mais iniciativa do governo para cuidar desses trabalhadores e lhes dar uma parcela maior da riqueza", disse Kumari.

Até agora, o governo pró-crescimento da Índia não quis sobrecarregar as empresas com regulamentos caros que fariam exatamente isso. E muitas empresas indianas não estão dispostas a absorvê-los como empregados formais, que teriam direito aos poucos benefícios já exigidos por lei: benefícios de saúde, aposentadoria, férias e licenças remuneradas.

Em consequência, cerca de 95% da força de trabalho indiana permanece informal e desorganizada. "Idealmente, queremos formalizar toda a nossa força de trabalho, lhe dar aposentadoria e benefícios de saúde e assim por diante, mas isso vai levar muito tempo", disse Pronab Sen, o principal estatístico do governo indiano.

Parte do impasse é que cada vez mais indianos das zonas rurais estão abandonando suas fazendas e mudando-se para áreas urbanas em busca de melhores empregos como motoristas de riquixás, varredores de rua e barbeiros. Esses trabalhadores são difíceis de contabilizar e muito mais difíceis de organizar.

"O setor informal é uma transição muito importante entre as áreas rurais e as cidades. E ele permite que as pessoas aprendam diferentes ofícios que são mais úteis e pagam melhor", disse Sen.

À sombra do tamarindeiro, Takur mergulhou seu pincel de barba em água quente e fez espuma em mais um rosto, o terceiro em uma hora. Ele disse que geralmente consegue ganhar pelo menos US\$ 6 por dia, o triplo do salário diário da maioria dos indianos. É o suficiente para sustentar sua mulher e seus três filhos, de 6, 4 e 2 anos.

Perguntado como o sucesso da Índia o beneficiou, ele disse: "Não sei".

Mas Ranjit Singh, 25, um motorista de táxi riquixá que espera sua vez na cadeira de barbeiro, indicou que Takur aumentou seus preços no ano passado.

"Sim, é verdade, mas isso não foi realmente um lucro para mim", disse Takur, usando a palma da mão para tirar a espuma da lâmina. "Meus suprimentos estão mais caros, por isso preciso transferir o custo para o cliente."

"Seus custos aumentaram um pouco", disse Singh. "Mas você mais que duplicou seus preços." (Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves para o UOL) (*Cox Newspapers, 13.01.2008*)

Brasil Metal Internacional é o boletim informativo eletrônico sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros. Ele é produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT
Secretário Geral: Valter Sanches internacional@cnmcut.org.br